



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

INSTITUTO DE LETRAS – IL

**DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS
CLÁSSICAS**

**PRESCRIÇÕES GRAMATICAIS SOBRE OS USOS LINGUÍSTICOS: DO
APPENDIX PROBI A POSTAGENS EM REDES SOCIAIS**

Isabelle Soares Da Silva Rocha

BRASÍLIA, 2021

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB

INSTITUTO DE LETRAS – IL
DEPTO. DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS CLÁSSICAS - LIP

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas da Universidade de Brasília – UnB, como requisito para a conclusão do curso de Letras – Português Licenciatura.

Orientação: Prof^a Dr^a Juliana Soledade

BRASÍLIA – DF

2021

Dedico este trabalho, primeiramente, aos meus pais, Eliane e Sérgio, que sempre investiram na minha formação com muita dedicação e afeto, aos meus familiares e ao meu namorado, Flávio, que deu todo o suporte emocional ao longo da pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade de Brasília e aos professores do instituto de letras e da faculdade de educação que, apesar das dificuldades, proporcionam um ensino público e de qualidade, o que me deu mais certeza de exercer a docência.

Agradeço, em especial, a minha orientadora, Dra. Juliana Soledade, que me auxiliou na escolha desse tema que despertou ainda mais minha paixão pela linguística e a vontade de continuar traçando minha caminhada na vida acadêmica.

Agradeço, também, aos meus pais e a minha avó, Elena, por sempre estarem ao meu lado dando apoio e suporte em todas as minhas conquistas e sonhos.

SUMÁRIO

1. Introdução	1
2. Gramática Normativa	3
2.1 Conceito de Gramática	3
2.2 A norma Padrão e a Norma Culta.....	4
2.3 Tradição Normativa dos gramáticos/gramáticas.....	5
3. Appendix Probi e o Controle Linguístico	7
3.1 A noção do erro e do correto	7
3.2 O que é o Appendix Probi	8
3.3 Usos do Appendix Probi	10
4. Metodologia de Pesquisa	11
5. Análise dos dados e argumentação teórica	13
5.1 Redes Sociais.....	13
5.2 Ocorrências	14
6. O ensino da gramática e o preconceito linguístico	20
6.1 O ensino da gramática	20
6.2 As variedades linguísticas e o preconceito linguístico.....	21
7. Considerações finais	25
8. Referências Bibliográficas	27

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho consiste em uma análise comparativa entre as prescrições dos gramáticos/gramáticas sobre usos linguísticos, partindo do *appendix probi* e o atual controle linguístico nas redes sociais. Este estudo pretende ressaltar a diferença do que é regido pela tradição normativa em contraposição ao seu uso na linguagem popular, destacando como a gramática não acompanha as transformações fonéticas, morfossintáticas e semânticas da língua e pregam regras que expressam um dever (POSSENTI, 1996), os falantes acabam apresentando uma postura de monitoramento da língua, Gnerre (1998, p.10) afirma que “alguns níveis sociais especialmente dentro da chamada pequena burguesia têm a tendência a hipercorreção no esforço de alcançar a norma reconhecida”, dessa forma os que possuem mais escolarização pressionam outros falantes a utilizarem a norma padrão (OLIVEIRA e LUCENA, 2014), esses fenômenos linguísticos ocorrem em contextos variáveis de comunicação, como as redes sociais que será o canal através do qual recolheremos os dados que serão objeto deste estudo.

A gramática tradicional (GT) possui “termos e conceitos estabelecidos há mais de 2.300 anos” (BAGNO, p.148, 2004), no entanto, observamos que muitas formas linguísticas prescritas nesse tipo de gramática já não correspondem às formas linguísticas legitimadas através do uso por parte dos falantes do português brasileiro contemporâneo, entretanto, a GT continua sendo a maior referência e base para o ensino da língua portuguesa nas instituições escolares. Essa regularidade e constância das gramáticas está ligada à ideia de obrigação (POSSENTI, 2006) e relacionada ao preceito de que o que é prescrito deve ser seguido como forma de manutenção de um prestígio social, desse modo, quando os falantes divergem de uma prescrição, tornam-se alvos de reprovação.

Essa postura de monitoramento e controle são baseadas na ideia de que as variações linguísticas são “erros” (BAGNO, 2001), por isso a língua, segundo a perspectiva da gramática normativa, refere-se “às formas de expressão observadas e produzidas por pessoas cultas, de prestígio, excluindo todos os fatos que divergem da variante padrão como os “erros”, “vícios de linguagem” e “vulgarismo””

(POSSENTI, 2006), entretanto os brasileiros que não possuem um nível de escolaridade elevada farão essas produções naturalmente (POSSENTI, 2006), pois o seu processo de aquisição da linguagem decorreu da língua popular e não da variante culta, mais vinculada à tradição escrita, mais conservadora.

Por conta desses fatores que, desde tempos muito remotos, há produções como o Appendix Probi que tem como objetivo a preservação da norma culta, a partir de uma lista de formas linguísticas estabelecidas como “corretas” e “incorretas” de acordo com a norma padrão, o que proporciona “acesso às consequências habituais do descompasso da grafia em relação à pronúncia, comprovadas pela complexidade de determinadas evoluções fonéticas, que não foram acompanhadas por uma diferente representação de escrita.” (BELIVÁQUA, 2014). Em vista disso, a fim de investigar essas manifestações linguísticas e sabendo que um dos maiores registros de manifestações escritas da língua de forma espontânea acontece nas mídias sociais, este trabalho tem como fonte de pesquisa as redes sociais, que será o contexto para as análises das correções gramaticais das seguintes manifestações linguísticas: *mais* e *mas*, *menos* e *menas*, *seja* e *seje*, *esteja* e *esteje*, *estar* e *está*.

Destacamos, contudo, que nem em todos os casos tratam-se de uma questão pura e simplesmente fonética como ocorre em *mais* e *mas*, pois a partir da análise dos dados foi possível observar que alguns desvios linguísticos resultam de processos morfossintáticos como ocorre na expressão “Eu tô meia cansada” que não consiste apenas em uma variação sonora de *o* para *a*, mas implica em uma interpretação semântica, que por sua vez, resulta em uma concordância de número e gênero.

1. GRAMÁTICA NORMATIVA

2.1 CONCEITO DE GRAMÁTICA

A gramática, como é conhecida atualmente, é resultado de uma criação greco-romana, os primeiros estudos gramaticais focalizavam no desenvolvimento da retórica e nas reflexões da linguagem humana, mas por volta do século III a.C, houve uma valorização dos estudos das criações literárias dos autores considerados cultos em detrimento da linguagem popular, essa postura dos estudiosos se refletiu nas gramáticas, que não só consistiam em “um conjunto de regras de correção apresentados como intocáveis fenômenos da língua”, mas também “uma disciplina intelectual autônoma voltada para o estudo da língua, com o objetivo de fixar padrões de correções” (FARACO,2016), a fim de manter a “pureza da língua”.(POSSENTI, 1995)

Segundo autores como Frei Caneca (1875), Sérgio Reis (1804) e Grivet (1881), a gramática portuguesa é uma *arte* que permite aprender a falar e a escrever a língua portuguesa corretamente, essa conceituação como arte advém do modelo greco-latino que faz referência ao artesão que “conhece as coisas pelo efeito e não pelas causas” (FARACO, 2006), dessa forma a gramática representa as ocorrências sincrônicas da língua, entretanto como não acompanha as suas transformações fonéticas e morfológicas, torna-se anacrônica, pois as regras estabelecidas não correspondem com a língua corrente.

O caráter eminentemente anacrônico do padrão – no nosso caso, elaborado com base nos usos de escritores portugueses do Romantismo (século XIX) – faz que ele seja antes de mais nada contraintuitivo, isto é, refratário à intuição linguística do falante nativo, pleno conhecedor da gramática de sua língua, gramática intrinsecamente diferente das regras prescritas no padrão. (BAGNO, 2012, p.26)

2.2 NORMA PADRÃO E NORMA CULTA

A vida em sociedade é regida por normas que abrangem todos os aspectos socioculturais e políticos de uma comunidade, logo a língua não foi privada deste costume, por isso passa a ser legislada para garantir a sua conservação (CASEVIT; CHARPIN, 2001), caracterizada como legitimização que é “o processo de dar idoneidade ou dignidade a uma ordem de natureza política, para que seja reconhecida e aceita” (GNERRE, 1994). Segundo Stanley Aléong (2001), o termo norma é composto por dois preceitos distintos que correspondem ao *Normal* e *Normativo*, o primeiro faz referência a um hábito dentro de uma comunidade, já o segundo está relacionado a um “sistema ideal de valores”; assim, pode-se enquadrar a norma não como uma investigação dos mecanismos linguísticos, mas simplesmente uma tradição político-social.

A norma só incide sobre porções heterogêneas e limitadas do domínio linguístico. Renunciando a seguir expressamente uma teoria qualquer, recusando empreender uma análise exaustiva e sistemática do latim, os gramáticos restringiram-se seu estudo à simples coleção de procedimentos descontínuos e de notações isoladas. (CASEVIT, CHARPIN, 2001, p. 38)

Com base nos aspectos tradicionais e sistemático da norma, Lucchesi e Lobo (1998) propõem uma diferenciação entre norma padrão e norma culta, esta consiste em uma segmentação das formas linguísticas dos grupos sociais mais instruídos, já o primeiro agrupa as prescrições oferecidas pelas gramáticas. Apesar das classificações distintas, essas expressões são tratadas como sinônimos entre gramáticos e usuários da língua, pelo fato de o sistema gramatical ter sido desenvolvido com base na linguagem das classes mais favorecidas.

Portanto, a norma padrão de uma língua pode ser estabelecida como “Um sistema comunicativo ao alcance de uma parte reduzida dos integrantes de uma comunidade; é um sistema associado a um patrimônio cultural apresentado como um “corpus” definido de valores fixados na tradição escrita” (GNERRE, 1994, p.6). A tradição normativa padroniza as formas linguísticas com base em atribuições de juiz de valor baseadas no cumprimento ou não das regras gramaticais, sendo avaliadas tanto na vida social quanto acadêmica. (POSSENTI, 2006)

2.3 TRADIÇÃO NORMATIVA DOS GRAMÁTICOS/GRAMÁTICAS

Segundo concepções mais tradicionais; a gramática, de acordo com Irandé Antunes (2004, p.129), “tem uma função normatizadora” no que tange aos padrões fonológicos, morfossintáticos e semânticos, pois estabelece um modelo ideal de língua cujo o objetivo não é apenas manter a *unidade nacional* mas garantir a manutenção da cultura que sustenta *privilégios sociais*, em vista disso a classe dominante, como um fator de coesão social e de natureza político-cultural, (POSSENTI, 2006) tem a necessidade de defender e restringir a sua língua (CASTILHO, 1998) como uma forma linguística superior às outras, por isso acabam não enxergando os outros dialetos como uma outra variante da diversidade linguística.

Esse estigma foi propagado por diversos gramáticos tradicionalistas, como Barros que caracteriza a língua vulgar como sendo a forma de expressão de pessoas sem escolarização, que comentem *infrações* em relação ao sistema da língua, pois elimina as características básicas da língua portuguesa produzindo, assim, “aberrações”. Esse preconceito linguístico foi manifestado por Paschoal Cegalla, que defendia a gramática como instrumento de “disciplinar a linguagem” alcançando um ideal linguístico tanto na escrita quanto na fala, mas que o desrespeito a ela seria tão desarrazoado quanto malsinar os compêndios de boas maneiras só porque preceituam as normas de polidez que todo civilizado deve acatar. (CEGALLA, 2000, p.14) Percebe-se como gramática preconiza a forma culta como uma “espécie de lei” que regulamenta as expressões orais e escritas. (BRITTO, 2004,p.147).

Esse preconceito difundido por muitos gramáticos e gramáticas, durante décadas e que ainda persiste nas instituições escolares está diretamente ligado à “ordem política e cultural” que estabeleceu, em seu processo histórico, uma concepção de língua e de gramática como “um resto de épocas em que as organizações de Estados eram explicitamente ou declaradamente autoritárias e centralizadas” (GNERRE, MAURIZZIO, 1994, p.25). Portanto, esse sistema culminou em um modelo cultural que permite que as pessoas pertencentes a classes sociais mais elevadas disseminem preceitos sociais com autoritarismo, logo a língua não ficou de fora disso. Os falantes com mais escolarização, se apropriam dos registros da gramática normativa para julgar e determinar como os falantes menos letrados

deveriam fazer uso da língua, partindo da ideia de que há uma maneira correta de falar/escrever e costumeiramente agem de forma a descartar qualquer desvio, a partir de uma atitude modelar para “atender aos usos e seleções esperados de uma pessoa culta” (BECHARA, 1979, p.51)

De acordo com Faraco, a tradição normativa tem como objetivo resolver os conflitos linguísticos advindos das variedades linguísticas, mas a normatização é baseada em uma contradição, visto que se fixa como *padrão* a linguagem monitorada dos autores estabelecidos como clássicos, ou seja, utilizaram uma variante linguística como regra, assim “a gramática normativa descreve a variedade linguística ideal(izada) que concomitantemente prescreve, com base em uma tradição originada na Lógica aristotélica e em suas categorias do pensamento.” (GARCIA, 2011, p.224)

A gramática normativa foi num primeiro momento uma gramática descritiva de um dialeto de uma língua. Depois a sociedade fez dela um corpo de leis para reger o uso da linguagem. Por sua própria natureza, uma gramática normativa está condenada ao fracasso, já que a linguagem é um fenômeno dinâmico e as línguas mudam com o tempo; e, para continuar sendo a expressão do poder social demonstrado por um dialeto, a gramática normativa deveria mudar. (CAGLIARI, 2003, p.16)

Percebe-se assim que a tradição gramatical representa uma língua artificial e arcaica visto que “Um padrão arcaico não faz sentido para a maioria da população. o que atrapalha o próprio funcionamento social da norma padrão” (FARACO, p.21, 2006), pois a variante culta está restrita a uma pequena parcela da população que é extremamente divergente da língua coloquial adquirida no processo de aquisição de linguagem. Questiona-se assim, como é possível que a linguagem utilizada pela minoria das pessoas exerça um controle sobre língua popular. Stanley Aléong escreve que o controle do código normativo é uma fonte de prestígio justamente por ser inacessível à maioria dos falantes “a outra idéia contida no rótulo norma culta se refere à linguagem que efetivamente resulta da prática social, correspondendo à fala dos segmentos socialmente favorecidos” (BAGNO, 2004, P.169).

3. APPENDIX PROBI E O CONTROLE LINGUÍSTICO

2.1 A NOÇÃO DO ERRO E DO CORRETO

De acordo com Bechara em a “Moderna Gramática da Língua Portuguesa”, “Cabe à gramática normativa, que não é uma disciplina com finalidade científica e sim pedagógica, elencar os fatos recomendados como modelares da exemplaridade idiomática para serem utilizados em circunstâncias especiais do convívio social.”, por isso, a divide em dois modelos o “exemplar” e o “correto”, sendo o primeiro a forma linguística escolhida pela tradição idiomática “forma eleita entre as várias formas de falar que constituem a língua histórica, razão por que o eleito não é nem correto nem incorreto.” já o modelo exemplar está relacionado a língua em seu processo histórico, sendo que “cada língua funcional tem sua própria correção à medida que se trata de um modo de falar que existe historicamente.” Dessa forma, o processo de correção linguística é pautado no modelo exemplar, que se justifica por um elemento comum à comunidade que é “(CUNHA, 2001. p.6)

“Os progressos dos estudos linguísticos vieram mostrar a falsidade dos postulados em que a gramática logicista e a latinizante esteavam a correção idiomática e, com isso, deixaram o preceptismo gramatical inerme diante da reação anticorretista que se iniciou no século passado e que vem assumindo, em nossos dias, atitudes violentas, não raro contaminadas de radicalismo ideológico.” (CUNHA, p.5, 2001)

O monitoramento da língua tem como base o *normativismo* que concebe como erro tudo o que não está em conformidade com ela (FARACO, 2006). Para Possenti (1996), o *erro* é tudo o que não segue a variedade eleita como “exemplo de boa linguagem”; entretanto, há muitas formas linguísticas que não seguem as regras da gramática normativa, mas como são usadas pela maioria das pessoas não há um julgamento sobre elas como ocorrem em algumas concordâncias verbais e nominais, mas há algumas estruturas que o “erro” chama muita a atenção (FARACO, 2006), como a conjugação equivocada em *estar* e *está* ou *seja* e *seje*.

Segundo Bagno, a maior parte das produções linguísticas rotuladas como “erros” não passam de meros desvios ortográficos, contudo há uma perpetuação de ultrapassados pensamentos de que “brasileiro não sabe português” ou “português é muito difícil” simplesmente por não seguirem a norma culta.

Se tantas pessoas inteligentes e cultas continuam achando que “não sabem português” ou que “português é muito difícil” é porque esta disciplina fascinante foi transformada numa “ciência esotérica”, numa “doutrina cabalística” que somente alguns “iluminados” (os gramáticos tradicionalistas!) conseguem dominar completamente. Eles continuam insistindo em nos fazer decorar coisas que ninguém mais usa (fósseis gramaticais!), e a nos convencer de que só eles podem salvar a língua portuguesa da “decadência” e da “corrupção”. (BAGNO, p.38, 2004)

Com base nesses aspectos, “é possível distinguir linguística e erro linguístico, diferenças linguísticas não são erros, são apenas construções ou formas que divergem de um certo padrão” (POSSENTI, p.79, 2006). Deve-se analisar a motivação fonética, morfológica ou sintática para a produção de expressões que não existem de forma sistemática na língua; pois, conforme afirma Bagno “tudo aquilo que é considerado erro ou desvio pela gramática tradicional tem uma explicação lógica, científica, perfeitamente demonstrável. Só por isso é que os agentes dos comandos paragramaticais podem falar de “erros comuns”.

Reconhecer que tudo o que a Gramática Tradicional chama de erro é na verdade um fenômeno que tem uma explicação científica perfeitamente demonstrável. Se milhões de pessoas (cultas inclusive) estão optando por um uso que difere da regra prescrita nas gramáticas normativas é porque há alguma regra nova. (BAGNO, p.143, 2004)

3.2 O QUE É O APPENDIX PROBI

A necessidade de preservação da norma padrão acarretou em ações de normatização das formas linguísticas que levaram ao surgimento do Appendix Probi durante o período do latim vulgar por volta do III a.C. Segundo Serafim da Silva Neto, em “Fontes do latim vulgar”, o Appendix Probi consiste, inicialmente, em um manuscrito com fontes do latim vulgar que registrava a maneira “equivocada” de se escrever/ pronunciar uma palavra e sua correspondente correta com o objetivo de

marcar “o desvio da norma culta representado pelos plebeísmos presentes nos textos” (MARASCHIN, LEILA, p.233, 2007).

O Appendix Probi não apresenta uma autoria e uma datação definida, acredita-se que foi produzido por um professor com o intuito de advertir seus alunos (ARAÚJO, 2003), por volta do século III a.C ,em Abadia de Bóbio, entretanto somente foi encontrado no século I d.C junto a um texto gramatical de Valerius Probus, o que deu origem a nomenclatura inicial de *Appendix ad Probum*, este documento é uma das fontes mais valiosas do latim vulgar por registrar os vulgarismos da língua corrente dos romanos (MARASCHIN, LEILA, 2007), a partir de 227 palavras dispostas como em um catálogo, à esquerda estavam as formas linguísticas “corretas” produzidas pelo latim vulgar, à direita as formas ditas como “incorretas”

O Appendix Probi buscava preservar a norma culta e “correta” da língua latina, contudo, conseguiu também nos fornecer uma visão significativa da língua falada pelo povo, pois na forma rechaçada pelo texto é que se encontram os fenômenos que ocorriam, justamente o que nos interessa. (BELIVÁQUA, p.33, 2014)

As estruturas linguísticas estabelecidas como errôneas no Appendix Probi fazem parte da linguagem corrente da população, o que decorre do abismo entre a pronúncia resultante das evoluções fonéticas e o seu registro gráfico que não acompanhou determinadas mudanças fonéticas e fonológicas (BELIVÁQUA, 2014), em virtude de a ortografia ser uma representação artificial da língua que, ao contrário, é natural e viva. (BAGNO, 2004)

O Appendix Probi revela características da linguagem popular que, por sua vez, evidenciam tendências de mudanças linguísticas que naturalmente não seriam controladas pela vontade de legisladores e acabariam se mantendo na passagem para as diferentes línguas românicas. (BELIVÁQUA, p.33, 2014)

Aliado à discrepância fonêmica-grafêmica, o Appendix Probi teve influência direta do preconceito linguístico “decorrente do valor atribuído às variedades padrão e ao estigma associado às variedades não-padrão, consideradas inferiores ou erradas pela gramática”. (BAGNO, 2004), dessa forma o preconceito e a divergência entres as prescrições gramaticais e o seu uso na linguagem popular levaram a formação do Appendix Probi que ainda perdura hoje sobre as variações do português brasileiro. (BELIVÁQUA, 2014)

3.3 USOS DO APPENDIX PROBI NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Como afirma Rodolfo Ilari (2006), o mito de que o português brasileiro é uniforme contribuiu para um nacionalismo linguístico, por meio de uma perspectiva superficial e insensível às variedades linguísticas, elementos que amparam a tese do “linguisticamente correto” e do “linguisticamente incorreto” proposta por Jespersen, que consiste nas estruturas linguísticas exigidas a uma comunidade sob o intuito de que o “falar correto significa o falar que a comunidade espera” (JESPERSEN, 1947,p.178), logo as formas linguísticas que não se enquadram nessa perspectiva são consideradas “erradas” .

Com bases nesses aspectos, conclui-se que a comunidade linguística teve a necessidade de manter o uso da variante culta, esse processo foi iniciado pelos normativistas, através de produções como o Appendix Probi, e se perpetuou ao longo do ensino tradicional da gramática normativa até os dias atuais, o que resultou em obras gramatiqueras como “Não erre mais” de Luiz Antonio Sacconi que reúne uma lista de correções linguísticas sobre as expressões que mais são objetos de desvios linguísticos no português brasileiro com o intuito de proporcionar “meios que diferenciam o ser humano educado, civilizado dos demais de sua espécie” (1998, p.3)

Como no século XXI o maior canal de comunicação são as redes sociais e “a disseminação e utilização dos novos meios de comunicação estão proporcionando alterações das bases epistêmicas, do espaço e da opinião pública e do poder”. (ROSAS, 2010), este trabalho reunirá algumas formas linguísticas que são objetos de valoração negativa nas redes sociais por serem considerados desvios graves da norma padrão, a fim de averiguar as motivações intralinguísticas e sociais que levam ao controle linguístico nas redes sociais.

4. METODOLOGIA DE PESQUISA

Com fins metodológicos, elegemos, dentre as muitas variações da língua portuguesa em uso no Brasil, algumas das que recorrentemente aparecem como objeto de reprimenda e correção nas redes sociais, a saber:

QUADRO 1 – Principais Formas linguísticas que são objetos de correção.

Linguisticamente correto	Linguisticamente incorreto
MAS	MAIS
MENOS	MENAS
SEJA	SEJE
ESTEJA	ESTEJE
ESTAR	ESTÁ

Os procedimentos de coleta de dados sobre as manifestações linguísticas supracitadas que são objetos de correção linguística foram realizados por meio de pesquisas nas redes sociais que, nas últimas décadas, são os maiores canais de interação social, especialmente, o Twitter¹, visto que apresenta um espaço de comunicação em tempo real entre pessoas de diferentes regiões e classes variadas, e o Facebook², que possui muitos perfis com finalidade de ensinar a escrever e falar corretamente a língua portuguesa. Esses instrumentos de comunicação contribuíram para uma análise quantitativa e qualitativa a respeito do monitoramento linguístico do português brasileiro.

¹ Twitter é uma rede social criada em março de 2006, por Jack Dorsey, Evan Williams, Biz Stone e Noah Glass.

² Facebook é uma mídia social e rede social virtual fundada por Mark Zuckerberg em 4 de fevereiro de 2004.

Inicialmente, realizou-se uma busca, nessas plataformas digitais, pelas palavras da língua portuguesa que mais são alvos de correções linguísticas, conforme havia sido realizado pelo Appendix Probi, em III a.C., que colocasse em contraposição as produções linguísticas escritas estabelecidas como correta ou incorreta de acordo com a gramática normativa; sendo, quantitativamente, selecionados as formas linguísticas apresentadas no quadro 1.

Ao analisar as motivações gramaticais para essas ocorrências, observou-se como essas produções estavam aliadas a pensamentos discriminatórios a respeito dos desvios linguísticos, o que contribui para a reflexão, neste caso, sobre o ensino da língua portuguesa contribuir para o preconceito linguístico e, conseqüentemente, para o apagamento das diversidades linguísticas nas aulas de português. Em vista disso, primeiramente, serão analisadas as motivações gramaticais para as construções dos desvios linguísticos e, em seguida, observaremos alguns exemplos de valoração negativa dos desvios linguísticos.

5. ANÁLISE DOS DADOS E ARGUMENTAÇÃO TEÓRICA

5.1 REDES SOCIAIS

As informações e os conteúdos propagados pelas redes sociais são instrumentos de comunicação social que refletem a identidade cultural de uma sociedade, esses registros podem ser usados como uma base de referência para compreender e acompanhar as transformações sociais por meio de estudos científicos e coleta de dados que permitem, assim, analisar os comportamentos sociais dos usuários (COSTA, 2018).

Desde de 1990, a internet vem se expandindo e adentrando a vida de toda a população, inclusive das regiões mais remotas geograficamente, acarretando assim na diminuição da percepção de distância e, conseqüentemente, facilitando na comunicação (CASTELLS, 2015). Dessa forma, as mídias sociais adentram a internet e “promovem vida em comunidade e cooperação, possibilidade de alterar ou misturar criações de terceiros, melhor experiência on-line, diversão, educação, controle e domínio do que queremos buscar ou usar, abrindo espaço para assuntos muito específicos e colocando o usuário em primeiro lugar e no centro das atenções”. (CIPRIANI, 2011, p.5).

O trânsito do falante em diferentes redes sociais pode significar, inclusive, identidades socioculturais múltiplas e processuais, ou seja, classe social, ou gênero, por exemplo. Acrescente-se a isso o fato da cultura não ser mais vista como um sistema mental abstrato, mas como sentidos e estratégias de interpretação veiculados por discursos, metadiscursos e objetos que circulam na sociedade, isto é, são acessíveis publicamente (Urban, 1991), o que faz com que as diferenças de acesso, em função da distribuição desigual através de redes sociais, determinem diferenças graduais, mais ou menos significativas, no que é tido como culturalmente comum. (SIGNORINI, INÉS, 2004, p.111)

Além disso, as redes sociais, como uma comunicação em rede, permitiram aos indivíduos um ambiente de maior interação social, visto que 40% de todos os textos hoje são feitos fora do ambiente escolar – numa escrita para a vida, algo que os alunos fazem socialmente ou apenas por diversão (OLIVEIRA e LUCENA, 2014). Entretanto, o âmbito digital não é um espaço de livre expressão, apesar de ser enquadrada como um contexto social de informalidade está sujeita a “essa mesma noção filológica

tradicional, fortalecido por uma interjeição intensa de preconceito social, perpassa também todos os empreendimentos do purismo linguístico que vêm desapontando nos meios de comunicação do Brasil contemporânea” (BAGNO, 1999, p.10). Portanto, o normativismo e os usos de ferramentas do tipo Appendix Probi, aliados ao preconceito linguístico levaram ao controle linguístico nas redes sociais que está amparado pelo ideal de manutenção da norma culta “linguagem que efetivamente resulta da prática social, correspondendo à fala dos segmentos socialmente favorecidos.” (BRITTO, 1997, p.10) em detrimento da linguagem popular.

5.2 OCORRÊNCIAS

Com base nos aspectos sociais e linguísticos anteriormente abordados, deve-se analisar os processos fonéticos, morfológicos ou sintáticos para a produção de expressões que não estão sistematizados na gramática, a fim de averiguar como a tradição normativa influenciou diretamente no monitoramento linguístico nas redes sociais, de acordo com as manifestações prescritas no quadro 1.

Verificou-se 126 ocorrências de manifestações de controle linguístico dos seguintes usos linguísticos datados desde de 2010.

Tabela 1 - Formas linguísticas de objeto de controle linguístico

Manifestações de correção linguística	Ocorrências
MAS X MAIS	38
MENOS X MENAS	30
SEJA X SEJE	29
ESTEJA X ESTEJE	28
ESTAR X ESTÁ	21

No Appendix Probi, a lista mostra de um lado a maneira “correta” de se escrever/pronunciar, do outro lado, a variante que deveria ser evitada por ser considerada um “erro”, assim, por exemplo, tem-se: *speculum nom speculum; oculum nom*

*oclum, tononium non toloneum*³, e assim por diante, o mesmo controle linguístico ocorre nas redes sociais, que há a reprodução dessa mesma estrutura, respeitadas as evoluções fonéticas e morfossintáticas da língua portuguesa, como por exemplo:

“Gente, pelo amor, não é “SEJE”, é SEJA”. O mesmo ocorre com “ESTEJE”, não existe, é “ESTEJA””. 29 de Outubro de 2012. 16:21 Twitter. Disponível em: https://twitter.com/Cah_online/status/262982500740120576. Acesso em: 23/06/2021.

“Menas e seja não existem. O certo é seja. Menos é advérbio: portanto, não varia”. 23 de Outubro de 2016. Twitter. Disponível em: <https://twitter.com/Soralu2103/status/790160859070889984>. Acesso em: 23/06/2021.

“Seja não seja*, mas não mais* menos e não menos* pelo amor de deus, aprendam a escrever!”. 3 de Fevereiro de 2019. Twitter. Disponível em: <https://twitter.com/Sudypotier/status/1092145670260211717>. Acesso em: 08/09/2021

“Só queria dizer que eu sou chata com português mesmo, mas não é mais, menas não existe, é menos, meia é de colocar no pé, agente007, a gente nós....enfim”. Twitter. Disponível em: https://twitter.com/kauany_fdeicke/status/1013432022377881601. Acesso em: 08/09/2021

A partir desse estudo será possível analisar algumas das motivações para as variações linguísticas apontadas, que não ocorrem arbitrariamente, pois, como afirma Possenti (1996), os erros ortográficos podem decorrer da falta de correspondência entre sons e letras e motivações dialetais por conta do processo de evolução fonética. Para isso, primeiramente, é importante ressaltar os conceitos prescritos pelas gramáticas.

Segundo gramáticas como a “Nova Gramática do Português Contemporâneo” de Celso Cunha e Lindley Cintra, que apresenta um trecho focalizado na noção do correto, e “A moderna gramática da língua Portuguesa” de Bechara e a “Gramática

³ Palavras retiradas da lista do Appendix Probi segundo Serafim da Silva Neto, em “Fontes do latim vulgar”.

para Concursos Públicos “de Fernando Pestana, em síntese, propõem às seguintes conceituações gramaticas para essas manifestações.

QUADRO 2.1 - Conceito Gramatical das manifestações de objeto de correção linguística

Formas linguísticas	Prescrição gramatical
MAS	Conjunção adversativa.
MAIS	Conjunção aditiva.
MENOS	Advérbio (Não há concordância de gênero e número, dessa forma é agramatical o uso da variante “menas.”)
SEJA	Verbo “ser” no presente do subjuntivo (Na terceira pessoa do singular não segue a conjugação regular como a dos outros verbos, dessa forma construções com “seje” é agramatical).
ESTEJA	Verbo “estar” no presente do subjuntivo, por isso que na terceira pessoa do singular não segue a conjugação regular como a dos outros verbos, dessa forma construções com “esteje” é agramatical.
ESTAR	Verbo no infinitivo.
ESTÁ	Verbo de ligação flexionado na terceira pessoa do singular.

Entende-se assim que a troca de *mas* por *mais*, e vice versa, é determinada pela produção fonética dessas conjunções que está diretamente ligada às pronúncias locais, que produzem a forma [mais] para ambas as construções, o que contribui para os desvios ortográficos.

Em *menos* e *menas*, observa-se a tendência dos falantes em atribuir um valor de adjetivo a essa palavra, realizando assim a concordância de gênero com os substantivos femininos; no entanto, essa forma linguística é classificada, na tradição gramatical, como advérbio, sendo assim, portanto, invariável, ou seja, não concorda em gênero e número. Vale destacar, que a variante *menos* também decorre de uma realização da variação na oralidade, isto é, o seu registro na língua escrita tem correlação direta com o seu uso na língua falada.

As produções *seje* e *esteje* tratam-se de problemas nas regras de conjugação verbal, levando em conta a similaridade das estruturas, subtende-se que as expressões decorrem da preferência do falante em optar pela forma regular do paradigma verbal quando conjugados, por exemplo, na terceira pessoa do singular do modo subjuntivo e imperativo, por isso acabam seguindo a sua forma regular como a dos outros verbos. Entretanto, apesar de ambos apresentarem uma estrutura

semelhante, não necessariamente se enquadram no mesmo caso de desvio linguístico, o verbo Ser no presente do subjuntivo apresenta a forma semi-regular “que eu seja”, apesar do verbo Ser pertencer a segunda conjugação, a conjugação verbal se faz com – A, o que pode induzir produção da expressão *seje*, seguindo o mesmo paradigma verbal, o verbo Estar pertence a primeira conjugação, mas não se faz com -E no final, pois seria “que eu este” ou semi-regular “que eu esteje”.

Percebe-se então que essas variações não são realizadas arbitrariamente pelos falantes, apesar de serem construções linguísticas que divergem da norma padrão, são produzidos de maneira sistêmica. Apesar disso, os falantes avaliam negativamente essas produções; portanto, o seu uso torna-se alvo de preconceito linguístico, por serem consideradas expressões “inferiores ou erradas pela gramática” (BAGNO, 2004). Entretanto, aliado às correções gramaticais, houve avaliações de caráter valorativo negativo e preconceituosas a respeito dos desvios em relação a gramática tradicional com manifestações como:

“Se não sabe a diferença de “mais” e “mas”, “agente e a gente”, que exista “menos” e não “menas” pfv não diriga a palavra comigo!”. 9 de dezembro de 2016,10:39 p.m. Twitter. Disponível em: <https://twitter.com/santoslaura11/status/807384084309823490>. Acesso em: 23/06/2021

“Odeio esse povo que não sabe a diferença entre “mas e mais” “a gente e agente” e “menos e menas”. 16 de dezembro de 2013. 12:47 a.m. Twitter. Disponível em: <https://twitter.com/lifetobieb/status/412413734498611200>. Acesso em: 23/06/2021

“Gente que não sabe a diferença entre estar e está não merece nem minha atenção”. 31 de maio de 2021. 6:57 p.m. Twitter. Disponível em: https://twitter.com/An_drielle/status/1399485150925406208. Acesso em: 23/06/2021

“Tenho preconceito com quem não sabe a diferença entre “estar, está e esta” 19 de maio. Twitter. <https://twitter.com/FabiRodriguesV2/status/1395032216246398980>. Acesso em: 23/06/2021

“E as redes sociais criaram monstros. Tem gente que não sabe a diferença entre ESTA, ESTÁ ou ESTAR e se envolve em processos complexos. São cheios de opinião e acham que arrastam multidões. Eu é que não participo de nada disso”. 11 de abril de 2018.

12:15 a.m. Twitter. Disponível em: <https://twitter.com/UniaotricolorBa/status/983906368720646145>. Acesso em: 23/06/2021.

“Não é seje, é seja. Você deveria se concentrar mais em escrever certo, porque desse jeito você influencia diversas pessoas a escreverem errado. Seu desprezo pela língua portuguesa me enoja”. 14 de junho de 2020. 10:52 p.m. Twitter. Disponível em: <https://twitter.com/GramlichDan/status/1272165065517608960>. Acesso em: 23/06/2021.

“Se você não sabe a diferença de “mas” e “mais” seu argumento para qualquer situação/discussão é inválido”. 06 de Maio de 2020. 10:43 a.m. Twitter. Disponível em: <https://twitter.com/VINIBEHRENS/status/1258029688678764544?s=08>. Acesso em: 27/08/2021

“Quem não sabe a diferença de mais e mas é jumento, jegue, burro todos os tipos de dizer que a pessoa é meio analfa”. 13 de Abril de 2014. 17:10. Twitter. Disponível em: <https://twitter.com/majestysel/status/455437918283501568?s=08>. Acesso em: 27/08/2021

“Eu não aguento quando alguém troca “está” por “estar” tipo “ela estar linda”, que agoniaaaa”. Twitter. 23 de Novembro de 2021. Disponível: <https://twitter.com/vitoriavilardo/status/1330839588382892033>. Acesso em: 27/08/2021

Na maioria dos comentários, observa-se um incômodo e uma preocupação exacerbada por parte dos falantes em corrigir essas produções linguísticas estabelecidas como desvios graves da gramática normativa, como as redes de comunicação simultânea abrangem todos os níveis sociais, apresentando assim usuários de diferentes origens, logo os perfis não são necessariamente de linguistas, gramáticos ou professores de língua portuguesa como ocorreu anteriormente na produção do Appendix Probi, mas simplesmente usuários da língua que tiveram uma escolarização formal da linguagem de forma descontextualizada da prática real, visto que o ensino da gramática se restringiu ao “estudo de regras de construções de estruturas” e “análise mais ou menos explícitas de determinadas construções sintáticas” (POSSENTI, 1960, p.59) que está diretamente vinculada ao preconceito linguístico propagado por muitos gramáticos tradicionalistas como Barros (1985, p.29 - 31), que ressaltou a construção linguística *menas* como uma espécie de “aberração dos aspectos da estrutura da língua portuguesa”, logo os estudantes entendem que a única forma certa de se comunicar é pela língua padrão, logo todas as outras variantes

linguísticas estariam erradas, por isso teriam o dever de manter o purismo linguístico a partir das correções linguísticas em todos os âmbitos de comunicação social, inclusive nas mídias sociais.

Conforme Britto (2004, p.153) “comentários linguísticos entre tantos outros do mesmo gênero, tão frequentemente ditos e repetidos, manifestam um modelo de língua, de educação e de sociedade que se sustenta numa visão autoritária e discriminatória da existência e reproduzem o preconceito”. Entende-se assim, que o ensino da gramática, há muitas décadas, fixou a norma padrão como uma forma linguística superior às outras, o que influenciou diretamente no processo de controle e correção linguística que é disseminada por meio do preconceito linguístico.

6. O ENSINO DA GRAMÁTICA E O PRECONCEITO LINGUÍSTICO

6.1 O ENSINO DA GRAMÁTICA

Historicamente, segundo Magda Soares (2004), as instituições escolares organizam o seu currículo indissociavelmente aos *saberes curriculares*⁴, essa estruturação do processo de ensino resultou no desenvolvimento e instrução escolar baseados em metodologias formais das disciplinas curriculares, que são tratados como estruturas independentes e transmitidas de maneira descontextualizada, essa forma de organização curricular influenciou diretamente no ensino de Língua Portuguesa que, somente, por volta de 1900, foi inserida no currículo escolar.

É possível associar a essa inserção tardia no ensino formal, a manutenção de um ensino tradicional voltado a conservação do purismo linguístico da língua portuguesa, visto que “Mesmo depois da expulsão dos jesuítas, em 1759, conservou-se praticamente intacto esse precoce condicionamento do aluno para a assimilação da retórica, seus valores e sua prática como fato social” (BRANDÃO, 1988, p. 49). Entende-se assim, que a disciplina de português manteve em sala de aula um ensino tradicionalista ao focalizar nas estruturas gramaticais da língua, ainda baseadas nos modelos de textos propagados pelos autores clássicos, ressaltando o estigma de que para falar e escrever deve-se saber gramática. (BAGNO, 2004)

Com bases nesses aspectos, o ensino da gramática, segundo as ideias de Maria Helena Neves, é estruturada como “uma exposição e imposição de parâmetros, nos quais se devem simplesmente enquadrar, segundo instruções mecânicas, as entidades isoladas em textos- pretextos prontos, ou em orações artificiais especialmente construídas para tal exercitação”. (NEVES, 2002, p.241), dessa forma o ensino normativo da gramática é propagada como “uma entidade postiça”, apagando assim qualquer outra forma de comunicação, como se houvesse um conjunto de paradigmas (esquemas) que, conhecidos, levassem a que se consiga usar (adequadamente) a língua e se logre dizer (bem) o que tem de ser dito”(NEVES,

⁴ Constituem os currículos, disciplinas e os programas. (p.155, 2002)

2002, p.243), o que vai em contraponto aos princípios democráticos do sistema político-social brasileiro, visto que deve-se reconhecer as variedades, nesse caso, as diversidades no que tange a língua, respeitando assim as particularidades de cada indivíduos e região, assegurando também a “sua integridade física e espiritual dessa pessoa como ser humano” (BAGNO, p.144, 2004). Deve-se assim, abordar, no ensino formal, a respeito das variedades linguísticas, que durante tantas décadas foi desprezada e inferiorizada nas instituições de ensino que, porém, desde do processo de redemocratização das escolas, percebe-se a necessidade do respeito a heterogeneidade linguística de cada educandos e, conseqüentemente, do povo brasileiros, como afirma Magda Soares:

em primeiro lugar, as ciências lingüísticas, particularmente a sociolingüística, alertaram a escola para as diferenças entre as variedades lingüísticas efetivamente faladas pelos alunos e a variedade de prestígio, comumente chamado “padrão culto”, que se lhes pretende ensinar nas aulas de português. Sobretudo a partir da democratização da escola, e, portanto, do acesso de alunos pertencentes às camadas populares à escolarização, o ensino da disciplina português, que tradicionalmente se dirigia às camadas privilegiadas da população, passa a dirigir-se a alunos que trazem para a sala de aula uma heterogeneidade linguística que exige tanto uma nova postura dos professores diante diferenças dialetais como novos conteúdos e uma nova metodologia para a disciplina português. Tem sido por força dos estudos de sociolingüística que se vem criando essa nova posturas, definindo esses novos conteúdos e nova metodologia. (SOARES, 2002, p.171)

6.2 AS VARIEDADES LINGÜÍSTICAS E O PRECONCEITO LINGÜÍSTICO

A formação da língua portuguesa decorreu da variante vulgar do latim, logo apresenta o processo de variação em sua constituição. Assim como a sociedade, a língua “é um fenômeno funcionalmente heterogêneo”. (CASTILHO, 2000, p. 12), não é um sistema *homogêneo* e *estático*, visto que em função do seu uso, há o surgimento de diversos dialetos com estruturas fonéticas e lexicais diversas uma das outras. Deve-se compreender que língua e gramática são campos distintos do campo lingüístico, mas indissociáveis, pois ter domínio de uma língua e analisá-la gramaticalmente são habilidades diferentes, no entanto, as redes de ensino só

desenvolvem o estudo ao “nível da palavra” (SOARES, 2004, p.172), desconsidera-se a “língua particular historicamente inseridos, e, por aí, do próprio funcionamento da linguagem”. Sírio Possenti (1996, p.83) afirma que as variedades são tão complexas quanto a norma padrão, “longe de ser uma fala rudimentar e de pobre”, pois a sua aquisição decorre das experiências sociais, que vão além do ensino formal, pois adentra a “exposição e participação na fala dos grupos com os quais conviveu”. Portanto, os falantes devem ter ambos os conhecimentos, sendo assim o ensino da gramática deve levar em conta não somente os aspectos sintáticos e morfológicos da língua, mas também todas as suas variedades e seus contextos de uso (POSSENTI, 1996).

A variação é constitutiva das línguas humanas, ocorrendo em todos os níveis. Ela sempre existiu e sempre existirá, independentemente de qualquer ação normativa. Assim, quando se fala em “Língua Portuguesa” está se falando de uma unidade que se constitui de muitas variedades. [...] A imagem de uma língua única, mais próxima da modalidade escrita da linguagem, subjacente às prescrições normativas da gramática escolar, dos manuais e mesmo dos programas de difusão da mídia sobre “o que se deve e o que não se deve falar e escrever”, não se sustenta na análise empírica dos usos da língua. (BAGNO, p.19, 2004)

Marineuma de Oliveira e Edilma de Lucena afirmam, também, que ligada à negligência do ensino das variedades, há uma espécie de ordenação valorativa das variedades linguísticas, visto que quando se fala em outros dialetos em sala de aula é de forma pejorativa, pois defendem a hierarquia de alguns grupos sociais em detrimento de outros, dessas formas os falantes que utilizam a variante popular para se comunicar são taxados como burros e inferiorizados (POSSENTI,1996), já os grupos que fazem o uso da variante culta são inteligentes, essas avaliações das formas linguísticas são visíveis nas redes sociais, que não realizam apenas as correções linguísticas, mas apreciam negativamente os desvios linguísticos.

A maior referência brasileira quando se trata a respeito do Preconceito linguístico é Marcos Bagno, especialmente em seu livro “Preconceito Linguístico: o que é? Como se faz?” (2004), no qual afirma que o preconceito linguístico é um resultado da confusão diacrônica entre *língua* e *gramática normativa* que está diretamente ligado ao ensino formal da língua portuguesa, que propagava a ideia de

que gramática tradicional seria a própria língua, dessa forma desconsiderava as transformações evolutivas da língua que estariam “erradas” (BAGNO, P.25, 2004).

Mas os preconceitos, como bem sabemos, impregnam-se de tal maneira na mentalidade das pessoas que as atitudes preconceituosas se tornam parte integrante do nosso próprio modo de ser e de estar no mundo. É necessário um trabalho lento, contínuo e profundo de conscientização para que se comece a desmascarar os mecanismos perversos que compõem a mitologia do preconceito. E o tipo mais trágico de preconceito não é aquele que é exercido por uma pessoa em relação a outra, mas o preconceito que uma pessoa exerce contra si mesma. (BAGNO, p.75, 2004)

Segundo Bagno, alguns mitos como “As pessoas sem instrução falam tudo errado” e “É preciso saber gramática para falar e escrever bem” são propagadas há décadas e reforçados pelo ensino normativo e tradicional da língua portuguesa por abordarem apenas uma variedade específica da língua apagando todas as demais manifestações linguísticas, o que revela o *círculo vicioso* entre *gramática tradicional*, *livro didático* e *ensino tradicional* que, conseqüentemente, molda o preconceito linguístico sendo que “Qualquer manifestação lingüística que escape desse triângulo escola-gramática-dicionário é considerada, sob a ótica do preconceito lingüístico, “errada, feia, estropiada, rudimentar, deficiente”, e não é raro a gente ouvir que “isso não é português”. Conclui-se assim, que o Brasil não possui uma *língua compacta* e *homogênea* (BAGNO, 2004).

Muito preconceito decorrente do valor atribuído às variedades padrão e ao estigma associado às variedades não-padrão, consideradas inferiores ou erradas pela gramática. Essas diferenças não são imediatamente reconhecidas e, quando são, são objeto de avaliação negativa. Para cumprir bem a função de ensinar a escrita e a língua padrão, a escola precisa livrar-se de vários mitos: o de que [pg. 74] existe uma forma “correta” de falar, o de que a fala de uma região é melhor do que a de outras, o de que a fala “correta” é a que se aproxima da língua escrita, o de que o brasileiro fala mal o português, o de que o português é uma língua difícil, o de que é preciso “consertar” a fala do aluno para evitar que ele escreva errado. Essas crenças insustentáveis produziram uma prática de mutilação cultural. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO, 1997)

Há diversas formas linguísticas distintas espalhadas por todo o Brasil que são importantes para a história sociocultural do Brasil, entretanto a gramática escolar “desconhece essas transformações na qual a língua está passando e insiste em considerar “erradas” construções” (BAGNO, 2004, p.25), o que afeta no

comportamento dos falantes que não foram orientados a distinguir os contextos sociais de comunicação para que dessa forma pudesse entender “que o estudo da língua possa significar o acesso à expressão, à compreensão e à explicitação de como as pessoas se comportam, quando pretendem comunicar-se de forma mais eficaz e obter êxito nas interações e intervenções que empreendem” (ANTUNES, 2002, p.134), e evitar construções de valoração negativa a respeito de produções que destoem da norma padrão, como também dos próprios falantes, que como foi abordado, não são formas linguísticas realizadas descontextualizada, pois até a sua formação ocorre de forma sistêmica.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste trabalho, pode-se observar que houve uma estagnação metodológica no que tange o ensino da língua portuguesa, apesar do processo de redemocratização do ensino em 1974, ainda há muitos resquícios do ensino tradicionalista nas aulas de português que ainda estão restritas ao ensino da gramática normativa, em muitos sistemas de ensino, o que assegurou uma contínua reprodução de estigmas sociais, a partir das prescrições gramaticais que preconizavam uma linguagem extremamente divergente do seu uso real, ou seja, diferente da língua adquirida do processo de aquisição da linguagem.

Dessa forma, quando o educando é inserido no ambiente escolar, ele se encontra obrigado a aprender uma nova língua com regras totalmente diferente das quais ele já havia aprendido e se comunicava normalmente; porém, sabe-se, que não é uma nova língua, é simplesmente uma outra vertente do português cuja a escrita não acompanhou as evoluções fonéticas da língua portuguesa, diferente da variante popular, que por ter como principal canal de comunicação a oralidade, torna-se mais propícia às mudanças, contudo não é dessa maneira que é propagado aos estudantes, pois são orientados a usar essa forma linguística em detrimento da vertente popular, o que contribui para a produção do Appendix Probi, ainda no século III a.C, e que se perdurou até os dias atuais, por meio dos diferentes meios de comunicação, em especial, as redes sociais que, atualmente, é o principal canal de comunicação em tempo real e sendo uma das principais fontes de análise do uso e aplicação da língua, por isso a importância de tê-la como fonte de recurso de pesquisa, o que foi possível depreender do monitoramento linguístico que permitiu analisar as causas desse comportamento social, assim como as suas motivações gramaticais.

As correções linguísticas veiculadas, desde do Appendix Probi, reproduzem um preceito social extremamente ultrapassado de purismo e de manutenção do status quo, que não está restrito apenas a um ideal de homogeneidade da língua, mas também a propagação de discriminação social; visto que, como foi abordado no trabalho, a maior parte de produções sobre monitoramento linguístico estão aliadas a expressões preconceituosas, pois associam o desvio linguístico a um “erro”. Sabe-se

que os falantes não adquiriram a linguagem diferenciando a norma padrão da norma popular; na verdade, eles foram instruídos a analisarem dessa forma, o que foi possível observar por meio das manifestações linguísticas *mais* e *mas*, *menos* e *menas*, *seja* e *seje*, *esteja* e *esteje*, *estar* e *está*, pois os falantes associavam a produção desses desvios a uma “inferioridade intelectual”; entretanto, como abordado no trabalho, não eram realizados de maneira arbitrária, havia uma sistematização gramatical para suas produções..

À vista disso, pode-se concluir que o ensino da gramática nas instituições escolares é importante, mas deve estar aliado a uma conscientização prática da língua, o educando deve saber os contextos sociais para a utilização da variante linguística mais adequada, sem inferioriza-las, sendo necessário abordar sobre preconceito linguístico e diversidade linguística, desde dos anos iniciais de escolarização, pois essas temáticas vão além de meras diferenciações dialetais pelo fato de perpassa muitos estigmas como as desigualdades econômicas e sociais no Brasil, sendo extremamente necessário aborda-los no processo de ensino da língua portuguesa, visto que é importante relacionar em sala de aula a prática pedagógica com as experiências reais dos indivíduos.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACCONI, L. A. **Não erre mais!** 23. ed. São Paulo: Atual, 1998.

ALÉONG, S. Normas linguísticas, Normas Sociais: uma perspectiva antropológica. In: BAGNO, M. **Linguística da Norma**. São Paulo, Brasil: Loyola, 2001. p. 145 - 174.

ANTUNES COSTA, I. No meio do Caminho tinha um equívoco. In: BAGNO, M. **Linguística da Norma**. São Paulo: Loyola, 2004. p. 127 - 134.

BAGNO, M. **NORMA LINGUÍSTICA**. SÃO PAULO: LOYOLA, 2001.

BAGNO, M. **Preconceito Linguístico: o que é, como se faz**. 29. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

BAGNO, M. Norma Linguística, Hibridismo e Tradução. **Traduzires 1**, Brasília, Maio 2012. 19 - 32.

BARROS, E. M. **Nova gramática da língua portuguesa**. São Paulo: Atlas, 1985

BECHARA, E. A linguística, a gramática escolar e o ensino da língua portuguesa. **Revista Linguagem**, Niterói: instituto de letras UFF, v. 2, p. 39 - 89, 1979.

BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. **revista, ampliada e atualizada conforme o novo Acordo Ortográfico Nova.Fronteira**, Rio De Janeiro, v. 37, 2009.

BELIVÁQUA, K. C. Appendix Probi e variação linguística no Português Brasileiro. **Revista Versalete**, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 30 - 45, Janeiro 2014.

BRITTO, L. P. L. Língua e Ideologia. In: BAGNO, M. **Linguística da Norma**. 2. ed. São Paulo. Brasil: Loyola, 2004. p. 135 - 154.

CAGLIARI, L. C. **Alfabetização e Linguística**. São Paulo: Scipione, 2003.

CANECA, F. J. D. A. D. **Breve Compendio de Grammatica Portugueza**. póstuma. ed. Recife: e, Typographia, 1875.

CASEVITZ, M.; CHARPIN, F. A Herança grego-latina. In: BAGNO, M. **Linguística da Norma**. 2. ed. São Paulo, Brasil: LOYOLA, 2001. p. 23 - 54.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede: A era da informação: economia, sociedade e cultura**. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, v. 1, 2015.

CAVALCANTI, M. D. O. C. C. E. D. L. LÍNGUA E PRECONCEITO: QUANDO O JEITO DE ESCREVER NAS REDES SOCIAIS DISCRIMINA. Disponível em: <<http://www.gelne.com.br/arquivos/anais/gelne-2014/anexos/998.pdf>>. Acesso em: 14 Maio 2021.

CEGALLA, D. P. **Novíssima Gramática da Língua Portuguesa**. 43. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2000.

CIPRIANI, F. **Estratégia em mídias sociais: como romper o paradoxo das redes sociais e tornar a concorrência irrelevante**. Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltd, 2011.

COSTA, B. R. L. Bola de Neve Virtual: O uso das redes sociais virtuais no processo de coleta de dados de uma pesquisa científica. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 7, n. 1, 2018.

CUNHA, C. E. C. L. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2016.

DE ARAÚJO, R. M. Fontes do latim vulgar. **Soletras**, São Gonçalo, v. 3, p. 96-115, 2003. ISSN 5 e 6.

FARACO, C. A. "Ensinar x Não ensinar gramática: ainda cabe essa questão? [S.l.]: Calidoscopio, v. 4, 2006. p. 15 - 26.

FÁVERO, L. L. Gramática é arte. **ORLANDI, E. P. História das idéias lingüísticas – Construção do saber metalingüístico e a constituição da língua nacional.**, Campinas, SP, 2001.

GARCIA, A. L. M. Gramática Tradicional ou Normativa? Um enredamento de língua, política, educação e ciência. **REVISTA DE ESTUDOS DA LINGUAGEM**, v. 19, p. 219-245, Junho 2001. ISSN 1.

GNERRE, M. Linguagem, Escrita e Poder, São Paulo, n. 3º, 1994.

GRIVET, C. A. **Nova Grammatica Analytica da Lingua Portugueza**. Rio de Janeiro: typ. de G. Leuzinger, 1881.

ILARI, R.; BASSO, R. O português da gente: a língua que estudamos, a língua que falamos. **Contexto**, São Paulo, p. 151 - 196, 2006.

LUCHESE, D. Norma Linguística e Realidade Social. In: BAGNO, M. **Linguística da norma**. São Paulo: Loyola, 2004. p. 63 - 90.

LUCHESE, D.; LOBO, T. Gramática e Ideologia. Feira de Santana: [s.n.], v. 8, 1988. p. 73 - 81.

NEVES, M. H. D. M. A gramática escolar no contexto do uso linguístico. **REVISTA DE ESTUDOS DA LINGUAGEM**, Belo Horizonte, v. 10, p. 233-254, Dezembro 2002. ISSN 2.

POSSENTI, S. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1996.

REIS LOBATO, A. S. **Arte da Grammatica da Lingua Portugueza**. Lisboa: Regina Offcina Tupographia, 1770.

SIGNORINI, I. Por uma teoria de desregulamentação linguística. In: BAGNO, M. **Linguística da norma**. 2. ed. São Paulo, Brasil: Loyola, 2004. p. 93 - 126.

SOARES, M. Português na escola: história de uma disciplina curricular. **Revista de Educação AEC**, Brasília, v. 25, Outubro/Dezembro 1996. ISSN 101.